



Comissão de Educação, Ciência e Cultura

ATA NÚMERO 234/XII/4.ª SL

17.fevereiro.2015 – 15h00

Aos 17 dias do mês de fevereiro de 2015, pelas 15:00 horas, reuniu a Comissão de Educação, Ciência e Cultura, na sala 5, do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

1. Aprovação da proposta de Ordem do Dia

2. Aprovação de atas

3. Comunicações do Presidente

4. Audiência à Associação Nacional de Escolas Profissionais - ANESPO - 15h00

5. Petição n.º 458/XII/4ª da iniciativa do Movimento Estudantil, “Basta, na rua pela escola pública”, Contra os cortes na Educação inscritos no Orçamento do Estado para 2015, que significam a destruição da Escola Pública

- **Apreciação da nota de admissibilidade**
- **Deputado autor do relatório: GP do PS**

6. Petição n.º 442/XII/4ª Solicita que, nas instituições de ensino e educação, sejam abordadas as matérias relacionadas com a prática da cidadania, qualidade e responsabilidade social

- **Análise votação do relatório**
- **Deputada Relatora: Sandra Pontedeira - PS**

7. Requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do BE, para audição do Ministro da Educação e Ciência sobre o encerramento por falta de condições de segurança de várias salas do Conservatório Nacional.

- **Análise votação**

8. Propostas apresentadas pela Câmara Municipal da Maia – Cidade Europeia do Desporto 2014, relativas a iniciativas a desenvolver com a Assembleia da República, no âmbito dos programas de generalização da prática desportiva: Prémio de Boas Práticas e Congresso “We Feel Sport”.

- **Apreciação e votação**

9. Outros assuntos

10. Data da próxima reunião

24 de fevereiro de 2015

1. Aprovação da proposta de Ordem do Dia

O Grupo Parlamentar do BE solicitou o adiamento do ponto n.º 7 da OD, para a reunião seguinte da Comissão, o que foi aceite.

Com esta alteração, a ordem do dia foi aprovada por unanimidade dos Deputados presentes do PSD, PS, CDS-PP e PCP, registando-se a ausência dos Deputados do BE e do PEV.

2. Aprovação de atas

A ata n.º 232, relativa à reunião de 10 de fevereiro, foi aprovada por unanimidade dos Deputados presentes do PSD, PS, CDS-PP e PCP, registando-se a ausência dos Deputados do BE e do PEV.

A apreciação da ata n.º 233, da reunião de 11 de fevereiro, foi adiada, por solicitação da Sra. Deputada Rita Rato (PCP).

3. Comunicações do Presidente

3.1. O Sr. Presidente comunicou que foram rececionados na Comissão os pedidos de audiência abaixo, relativamente aos quais foi deliberado o seguinte:

- Grupo de professores dos Institutos Politécnicos, sobre as iniciativas legislativas em preparação, que preveem a descida das notas das provas específicas nos critérios do regime geral de acesso aos cursos do ensino superior politécnico. Cabendo ao PEV o agendamento da audiência que, no entanto, prescindiu, o mesmo será efetuado pelo PSD, numa reunião aberta a todos os Deputados.
- Plataforma Pró-Lei das Terapêuticas Não Convencionais (TNC's), sobre os atrasos verificados na publicação de portarias que faltam para que a Lei das TNCs esteja completa. Cabe ao PS o agendamento da audiência, que será aberta a todos os Deputados. Tendo a Comissão de Saúde recebido igual pedido de audiência, propor-se-á a realização de uma audiência conjunta.

3.2. Foi apreciada a proposta de logotipo comemorativo dos 20 anos do programa Parlamento dos Jovens, que será colocado na respetiva página internet, ao longo de 2015, e impresso nos materiais produzidos para as Sessões Nacionais. Sobre esta questão, intervieram o Sr. Coordenador do Grupo de Trabalho do Parlamento dos Jovens, Deputado Pedro Pimpão, que sublinhou a importância da data para o programa, e o Sr. Presidente da Comissão, que considerou que todo o Parlamento está de parabéns por esta iniciativa.

3.3. O Sr. Presidente recordou que se encontra agendada, para o dia 25 de fevereiro, a partir das 09h30, a audição pública *Reflexão sobre os currículos da escolaridade obrigatória*, uma organização do GT/Currículos dos Ensinos Básico e Secundário, na qual se encontram inscritas 75 pessoas, provenientes de agrupamentos de escolas, escolas particulares e cooperativas, centros de formação, Escola Superior de Educação João de Deus, Editoras, escolas profissionais, FENPROF, Direções gerais do Ministério da Educação e Ciência, associações de professores. Foram igualmente recebidos 3 contributos sobre a temática.

Para além da audição, estão também confirmadas as visitas às escolas Josefa de Óbidos (Óbidos) e Agrupamento de Escolas da Apelação (Loures), no dia 9 de março.

3.4. Foi apreciado o relatório da audição do Grupo de Trabalho da Indisciplina em Meio Escolar à Associação Nacional de Diretores de Agrupamentos e Escolas Públicas (ANDAE), não se tendo registado quaisquer observações em relação ao mesmo.

4. Audiência à Associação Nacional de Escolas Profissionais - ANESPO - 15h00

A delegação da Associação Nacional do Ensino Profissional – ANESPO - era constituída pelos seguintes elementos: Drs. José Presa, Amadeu Dinis, Carlos Vieira e José Pacífico.

Os representantes da ANESPO justificaram o pedido de audiência urgente com o facto de se prever a publicação num futuro próximo de normas que regulassem o acesso ao ensino superior dos alunos em geral e dos das escolas profissionais em particular e indicando que 15% a 20% dos alunos destas pretendiam aceder àquele nível de ensino e havia um histórico nesta matéria que deveria ser reponderado.

Referiram depois que o [Decreto-Lei n.º 139/2012, de 5 de julho \(e a legislação complementar\)](#), nomeadamente no n.º 4 do artigo 29.º, estabelecia que os alunos do ensino profissional tinham de fazer



Comissão de Educação, Ciência e Cultura

vários exames, alguns que contendiam com os planos curriculares dos respetivos cursos, defendendo que o regime tinha um lapso ou visava prejudicar o ensino profissional.

Acrescentaram que havia uma confusão entre os exames de conclusão do ensino secundário e para acesso ao ensino superior e fizeram a comparação entre o regime dos alunos dos vários cursos, seja dos científico-humanísticos, dos profissionais e do ensino artístico especializado (a matéria está desenvolvida no pedido de audiência, disponível na [página da Comissão, na internet](#)), tendo defendido que o Ministério da Educação e Ciência fazia uma discriminação negativa do ensino profissional.

Realçaram que o Ministério vinha fazendo exceções anualmente em relação aos alunos do ensino profissional e pediram um regime específico para acesso ao ensino superior por parte dos mesmos, salientando ainda que faziam exames a disciplinas que nunca tinham tido ou que tinham mas com programas diferentes.

Interveio depois o Deputado Agostinho Santa (PS), pedindo em primeiro lugar informação sobre o estado dos processos de financiamento das escolas profissionais. Enfatizou de seguida a diferenciação dos alunos do ensino profissional, bem como a perversidade do sistema e questionou se entendiam que um regime diferente permitiria que mais alunos acessem ao ensino superior. Por último, informou que o PS tem posto a questão ao Ministério repetidamente e não tem havido resposta.

O Deputado Pedro Pimpão (PSD) realçou o esforço que tem sido desenvolvido no âmbito do ensino profissional. Defendeu depois que o acesso ao ensino superior deve pautar-se pelos princípios de uma cultura de rigor e equidade e evidenciou as diferenças entre os regimes de conclusão do ensino secundário e de acesso ao ensino superior. Terminou referindo que transmitirão ao Ministério as preocupações para salvaguardar o acesso ao ensino superior.

A Deputada Inês Teotónio Pereira (CDS-PP) referiu que na semana anterior já se tinha colocado idêntica questão em relação aos alunos do ensino artístico especializado e defendeu a necessidade de se obter equidade no acesso ao ensino superior e permeabilidade do sistema.

Questionou depois o que propunham em termos de exames, que assegurasse igualdade a todos os regimes, nomeadamente com o dos cursos científico-humanísticos, quais as consequências do regime atual e as hipóteses de alteração para ser mais equitativo.

A Deputada Rita Rato (PCP) considerou que o regime de acesso ao ensino superior era discriminatório para as vias profissionalizantes, salientando que os alunos não iam a exame como alunos internos mas sim externos, e como tal a nota do exame não fazia média ponderada com a nota da disciplina, eram confrontados com um exame cujas matérias abordadas não integravam os seus currículos e ainda realizavam o exame nacional no momento em que estavam a concluir o estágio curricular.

Realçou que o ensino profissional abrangia 42,4% dos alunos do ensino secundário, correspondendo a cerca de 115.000, e defendeu que o Governo, ao não criar situações de igualdade ou um regime específico de acesso ao ensino superior para os alunos das vias profissionalizantes, assumia uma posição retrógrada de desvalorização do ensino profissional, desvalorizando a possibilidade de prosseguimentos de estudos.

Por último pediu informação sobre a situação geral do financiamento das escolas profissionais, tendo conhecimento de atrasos significativos no pagamento dos salários e dos apoios aos estudantes, como é o caso da Escola Profissional Beira Azeiteira no distrito de Viseu, bem como sobre a existência de situações de insolvência, concluindo que a desresponsabilização do Estado na substituição das verbas do Orçamento do Estado por POPH trouxe grandes dificuldades às escolas. Questionou depois quais as soluções que, na opinião da ANESPO, podiam ser adotadas.

Na sequência das questões colocadas e das posições expressas, os representantes da ANESPO defenderam que os alunos do ensino profissional não deviam ser privilegiados, concordando com o exame da disciplina de Português (tendo referido que o programa era idêntico), mas pedindo equidade no regime e propondo a alteração do citado Decreto-lei n.º 139/2012, para que os alunos das escolas profissionais fizessem exames de acesso ao ensino superior de forma idêntica aos alunos dos restantes cursos.

Defenderam a realização de 2 ou 3 exames, mas sobre matérias que fizessem parte dos programas curriculares dos respetivos cursos e que fossem levadas em conta as várias provas que faziam.

Em relação ao financiamento, referiram que havia problemas resultantes do modelo adotado e do diploma de custos, que era penalizante para as escolas profissionais, salientando que o valor por turma era mais baixo do que aquele que era atribuído às escolas particulares e cooperativas de outros tipos de ensino e realçando a penalização que lhes era imposta pela perda de alunos, por razões não imputáveis à escola. Referiram depois as situações das turmas com 2 saídas profissionais e 2 professores e a impossibilidade de o Ministério pagar a ambos (realçando que a escola tinha de o fazer), bem como a redução de 5% dos valores por turma, que ainda não tinham sido repostos. Nessa sequência, defenderam que o problema da Escola Profissional Beira Agueira resultava do modelo de financiamento e que outras escolas iriam ter problemas idênticos.

Por último, pediram que o Ministério procedesse à audição da ANESPO antes da aprovação das Portarias que se perspectivavam e informaram que se o problema não fosse resolvido, equacionariam a apresentação de uma petição, para apreciação na sessão plenária da Assembleia da República.

O pedido de audiência e a gravação da reunião estão disponíveis na [página da Comissão, na internet](#).

Após o término da audição o Deputado Acácio Pinto (PS) pediu que no futuro, nas audições, se seguisse a regra habitualmente adotada, de intervir em primeiro lugar o PSD.

- 5. [Petição n.º 458/XII/4ª](#) da iniciativa do Movimento Estudantil, “Basta, na rua pela escola pública”, Contra os cortes na Educação inscritos no Orçamento do Estado para 2015, que significam a destruição da Escola Pública**

Apreciada a nota de admissibilidade, a Petição foi admitida por unanimidade dos Deputados presentes do PSD, PS, CDS-PP e PCP, registando-se a ausência dos Deputados do BE e do PEV. Cabendo ao PS a indicação do relator, foi designada a Sra. Deputada Sandra Pontedeira (PS).

- 6. [Petição n.º 442/XII/4ª](#) Solicita que, nas instituições de ensino e educação, sejam abordadas as matérias relacionadas com a prática da cidadania, qualidade e responsabilidade social**

A Sra. Deputada Sandra Pontedeira (PS) apresentou o relatório, tendo o mesmo sido aprovados por unanimidade dos Deputados presentes do PSD, PS, CDS-PP e PCP, registando-se a ausência dos Deputados do BE e do PEV.

- 7. [Requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do BE](#), para audição do [Ministro da Educação e Ciência](#) sobre o encerramento por falta de condições de segurança de várias salas do Conservatório Nacional.**

Adiado.

- 8. [Propostas apresentadas pela Câmara Municipal da Maia – Cidade Europeia do Desporto 2014](#), relativas a iniciativas a desenvolver com a Assembleia da República, no âmbito dos programas de generalização da prática desportiva: Prémio de Boas Práticas e Congresso “We Feel Sport”.**

O Sr. Deputado Pedro Pimpão (PSD) transmitiu que as propostas de iniciativas a desenvolver com a Câmara Municipal da Maia foram consensualizadas em sede do Grupo de Trabalho do Desporto. Nesta sequência, foram as mesmas aprovadas por unanimidade dos Deputados presentes do PSD, PS, CDS-PP e PCP, registando-se a ausência dos Deputados do BE e do PEV.

11. Outros assuntos

Não se registaram outros assuntos.

12. Data da próxima reunião

24 de fevereiro de 2015

A reunião foi encerrada às 16:15 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Educação, Ciência e Cultura

Palácio de São Bento, 17 de fevereiro de 2015

O PRESIDENTE

(Abel Baptista)



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Educação, Ciência e Cultura

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Abel Baptista
Acácio Pinto
Amadeu Soares Albergaria
Elza Pais
Heloísa Apolónia
Isilda Aguincha
João Prata
Margarida Almeida
Maria da Conceição Caldeira
Maria José Castelo Branco
Michael Seufert
Odete João
Paulo Cavaleiro
Pedro Delgado Alves
Pedro Pimpão
Rita Rato
Rui Pedro Duarte
Agostinho Santa
Ana Sofia Bettencourt
Inês Teotónio Pereira
Sandra Pontedeira

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Carlos Enes
Inês de Medeiros
Luís Fazenda
Maria Conceição Pereira

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Duarte Marques
Nilza de Sena